

REVISITANDO A HISTÓRIA LATINO-AMERICANA¹

Vera Lúcia Silveira Botta Ferrante²

Ao dar boas vindas a todos os congressistas da ALASRU, minhas palavras são de agradecimento e alegria pelo esforço de vocês estarem aqui, de profundo reconhecimento ao trabalho realizado pelo Comitê Executivo local, de respeito aos companheiros da Diretoria, Miguel e Sérgio, de homenagem ao nosso presidente, Arturo que morreu em plena jornada de pesquisa, de afeto e carinho à Silvia Cloquell, que foi nossa vice-presidente, de esperança, no presente e futuro da América Latina. Quero homenagear o Ano Internacional da Agricultura Familiar remetendo-o ao caráter de resistência do campesinato que permeia a história social dos países latino-americanos. Afinal, em cada agricultor familiar, tem um camponês em potencial ou um camponês adormecido, como afirma Marcel Jollivet. É em torno do potencial contestador dos movimentos camponeses, que pretendo valorizar o Ano Internacional da Agricultura Familiar, pelo marco da resistência, da transformação, da perspectiva de mudança social.

Não se trata de aceitar ou defender uma passagem irreversível e absoluta da condição de camponês tradicional para o de agricultor familiar "moderno", é preciso considerar simultaneamente, pontos da ruptura e elementos de continuidade entre as duas categorias sociais. Os agricultores familiares são portadores de uma tradição, cujos fundamentos são dados pela centralidade da família, pelas formas de produzir e pelo modo de vida, mas devem adaptar-se às condições modernas de produzir e de viver na sociedade que temos hoje. Torna-se fundamental considerar a capacidade de resistência e de adaptação dos agricultores aos novos contextos econômicos e sociais. Não é mais possível explicar a presença de agricultores familiares na sociedade atual como uma simples reprodução do campesinato tradicional.

¹Discurso proferido na abertura do IX Congreso de la Asociación Latinoamericana de Sociología Rural "Sociedades Rurales latinoamericanas. Diversidades, contratos y alternativas, realizado em Outubro de 2014, na Cidade do México.

²Pesquisadora 1A CNPq, coordenadora do PPG em Desenvolvimento Territorial e Meio Ambiente da UNIARA.

Entretanto, a modernização da agricultura não reproduziu o modelo clássico da empresa familiar, cuja origem está na tradição camponesa. Desta perspectiva, o agricultor familiar permanece camponês (o camponês "adormecido" de que fala Jollivet ou bem "acordado"), na medida em que a família continua sendo o elo principal que define as estratégias de produção e de reprodução social. Não devemos recorrer a tipologias ou tipos ideais os quais não se livram de uma rigidez conceitual que prejudica a compreensão de realidades heterogêneas e multidimensionais (nas palavras de Jollivet, fechar o camponês ou o agricultor na abstração de um tipo ideal é recusar a ele sua historicidade própria).

Assim, é destes camponeses históricos, reais, que cuidam de sua subsistência alimentar, mas igualmente se integram ao mercado, através de atividades diversificadas constantemente renovadas, cujas forças do passado não se enfraqueceram, mas permanecem como referência da resistência que falo ao me referir às perspectivas de transformação das sociedades latino-americanas. Trata-se de uma outra agricultura, da construção de novas facetas de uma identidade social que pretende representar uma posição crítica em relação ao modelo dominante de agricultura moderna. O modelo produtivista que realizou a modernização agrícola é hoje profundamente questionado pelos seus efeitos perversos, de ordem econômica, social e ambiental, cujas consequências afetam o conjunto da sociedade. A crítica a este modelo vem sendo feita por agricultores familiares que se definem como camponeses e que colocam-se como portadores de uma outra concepção de agricultura e de vida. Nesta perspectiva, se põe a matriz agroecológica, matriz de agricultura camponesa. É esse povo que se interessa e sabe como preservar a água, a floresta, como produzir comida saudável, pois esses "recursos" naturais lhes garantem sobrevivência e complementaridade (Rafael Baraona).

Sem dúvidas, o tipo de capitalismo que se desenvolveu no setor agrícola de muitos países da América Latina (notadamente do Brasil) jamais se libertou de sua vinculação com a concentração da propriedade da terra. Ainda hoje se faz presente o sistema de plantation, modo de organização de produção nas colônias americanas, no qual o papel do campesinato não era reconhecido. É contra este lugar negado, não reconhecido, invisibilizado, muitas vezes, que pretendo falar, recuperando sua história através da memória, entendida como presentificação do passado.

Com certeza, o agricultor familiar, aqui apresentado pela sua experiência camponesa não é um personagem passivo sem resistência diante de forças avassaladoras vividas de fora e de cima do seu universo. A reconstrução da

memória camponesa é fundamental para dar visibilidade pública às violações cometidas contra homens e mulheres do campo.

Em Walter Benjamin, está presente o princípio de evocar a memória na arte de narrar; (re) construir memórias não no sentido de fazer um resgate do passado puro e simples, ou fazer uma descrição deste passado, "tal qual ele ocorreu de fato", mas "fazer emergir esperanças não realizadas desse passado", inscrever em nosso presente seu apelo por um futuro diferente. Para Benjamin, é a memória "que arranca a tradição do conformismo", procurando no passado, nas tradições, sementes de uma outra história possível. Nas memórias estão presentes identidades que se manifestam ao serem (re) construídas, numa ação que Benjamin compreende como libertadora. Nessa "ação não só o que foi dito e feito é reconstruído, mas também o que foi sonhado, o que foi desejado, e ficou reprimido".

A importância de (re) construir a memória camponesa abre a possibilidade de dar visibilidade pública às violações cometidas muitas vezes pelo Estado, assim como por agentes privados, contra homens e mulheres do campo, violentados por lutarem pelo direito à terra, por resistir ao avanço de uma modernização excludente.

Este ato de presentificar é entendido aqui como ação de trazer o passado para o presente, tendo como suporte a memória não somente como registro ou com um fim nostálgico, mas como ação e reivindicação de justiça. Neste sentido, memória, futuro e justiça se entrelaçam. É desta perspectiva que gostaríamos de revisitar a forma como é apresentada a história latino-americana, como plena de dependências e subordinações, como se a perspectiva da liberdade estivesse soterrada. E não está.

As sociedades latino-americanas passaram à história cercadas por atributos negativos, como se o seu destino de apassivado já tivesse sido traçado. Na contramão destes atributos, quero falar em nosso potencial transformador, recuperando aspectos das lutas sociais dos camponeses e trabalhadores rurais que ao longo da história têm apontado para a construção de um novo projeto societário, o qual, entre constrangimentos e perspectivas, ainda se faz presente.

As populações rurais, secularmente exploradas e dominadas, reaparecem em suas lutas, movimentos sociais e revoluções agrárias que tentaram e tentam, alegre ou tragicamente, transformar o mundo globalizado, dominado por uma ordem absurda em que o dinheiro é a única pátria, por tentativas, as quais, apesar da diversidade de situações, da heterogeneidade social latino-americana, têm, na resistência, um elo comum. E esta resistência tem no encaminhamento

de padrões sociais de produzir, pensar e agir, inovado em justiça social efetiva e em liberdades democráticas reais, mostrando que os camponeses e trabalhadores rurais têm, independentemente das controvérsias conceituais existentes sobre a sua posição de classe, presença necessária e imprescindível.

Partimos, pois da vontade de firmar, neste Congresso da Alasru, mais uma vez, uma atitude científica inovadora: produzir o conhecimento sociológico o mais qualificado para que seja o mais divulgado, o mais útil e estimulante aos atores sociais das lutas agrárias. Os temas escolhidos para este Congresso explicitam dilemas do passado e do presente, assim como indagações sobre o futuro da América Latina. Impossível discuti-los sem recorrer à memória social que pode dar visibilidade às graves violações de direito que permeiam a história da América Latina. O passado tem que ser (re) visto e (re) construído, mas principalmente não esquecidos.

Permito-me fazer um parêntese e falar da importância da Comissão Camponesa da Verdade, criada no Brasil em 2012, por professores/as, pesquisadores/as, lideranças de movimentos sociais, entidades ligadas ao campo, tendo como objetivo explicitar a verdade como um instrumento de justiça - ao menos de reparação - para evitar que violações contra os direitos das populações do campo não se repitam na história nacional latino-americana. Que muitas outras Comissões Nacionais e Comissões Camponesas da Verdade sejam criadas na América Latina para se apurar responsabilidades dos agentes do Estado que algumas vezes agiram como atores diretos de violências, também discutindo outras situações, de omissão, descaso, acobertamento, que também precisam ser apuradas.

No Brasil, no campo pós 1964, o latifúndio agiu como braço privado do regime ditatorial, sustentado por um conjunto de políticas públicas, que seguiram orientações de altas esferas do poder e contaram com o apoio e ação direta de diferentes setores, como empresários, existindo, portanto, uma responsabilidade compartilhada. Não foi muito diferente nos outros países da América Latina. Com certeza, a modernização do campo – mais dolorosa de que conservadora – levou ao aprofundamento da concentração fundiária e à violação dos direitos no campo, além de ter financiado a destruição ambiental.

Poderíamos falar em uma unidade de violações de direito e de uma virtual unidade das lutas agrárias? A unidade de realidades tão díspares, no espaço e no tempo, só poderia emergir de grandes e socialmente dramáticas questões: a busca da terra para trabalhar pelas populações rurais, sua exclusão dos direitos de cidadania, a marginalização dos povos indígenas e a usurpação de seus

territórios; a crise na produção de alimentos, a transferência autoritária de populações para zonas de colonização, as experiências frustradas ou ressignificadas de reforma agrária...

Daí a impossibilidade metodológica de se compreender esta diversidade, sem historicizar as análises sobre os grupos e classes sociais agrárias, retendo a diferença, a complexidade, as quais dificilmente se explicam por modelos teóricos unívocos. Certamente, há uma determinação estrutural: a modernização capitalista dependente da agricultura latino-americana. Esta modernização não resolveu, ao contrário, aprofundou a crise fundiária. Aumentou a secular privatização das terras, expropriadas das comunidades camponesas e tribais, disseminou-se a apropriação, por particulares, das terras devolutas. Foi mantida a exclusão da maioria das populações rurais do uso da terra.

Os militares orientados por doutrinas de segurança nacional continuaram a tratar a questão agrária como "caso policial-militar", reprimindo os grupos rurais reivindicantes e militarizando a condução das políticas fundiárias. Talvez por essas razões se explique a frustração das reformas agrárias de vários países, assim também como a distorção das políticas de colonização, o que vem agravar as condições de vida das populações envolvidas.

Apesar da diversidade das reivindicações e das trajetórias das lutas agrárias na América Latina, há um elo comum, referido à preservação e conquista da terra, enquanto espaço de produção e de reprodução da vida social. Aparecem igualmente demandas pelo reconhecimento e cumprimento dos direitos trabalhistas, por adequadas condições e remuneração do trabalho. Ainda mais, por mais heterogênea que tenham sido as mobilizações agrárias na América Latina, há, em comum, um quadro político marcado pelos regimes autoritários militares que ainda rondam algumas partes do continente.

A terra passa a ser uma condição da luta por reivindicar do Estado o cumprimento dos direitos da cidadania das populações rurais. Configura-se, portanto, como condição de possibilidade da liberdade, como espaço vital para conquista de autonomia no modo de vida. Surge como uma estratégia de construção de uma identidade social através da qual se viabiliza a liberdade. A observação de que novos matizes aparecem no circuito de luta pela terra nos leva a contestar as teses de que algumas lutas têm caminhos pré-determinados com portadores necessários e únicos, fora dos quais nenhum movimento de constituição da classe poderia ter legitimidade.

A possibilidade da terra constituir-se em um dos eixos da luta dos assalariados rurais (no Brasil, chamados de boias-frias), categoria que tem no seu interior

segmentos que não tiveram uma relação direta de apropriação com a terra, cria impasses, exige remodelagens de interpretações usualmente dadas ao processo de modernização/expropriação e proletarização rural. O entendimento da proletarização rural como ruptura face ao passado vivido na terra pode não dar conta do movimento do real. Não deve ser tomada como expressão inevitável de que a proletarização acarretou um total desenraizamento em relação ao vivido.

A conquista da terra pode reaparecer em seu viver, não como um item da memória a retratar um espaço perdido, mas como elemento constitutivo do presente, talvez como ingrediente de germinação de um novo tempo. Utopia? Ou busca de um futuro distinto? Mais uma razão para alargar a compreensão dos protagonistas da luta pela terra e não pensar que entre o proletário rural e camponês não possam existir elos ou reivindicações que, via de regra, possam unificar suas lutas. As lutas agrárias desencadeiam um processo social e político, que, embora disperso, heterogêneo e ambíguo, expressa a tentativa de proposição, da parte dos camponeses e trabalhadores rurais, de um projeto transformador das sociedades latino-americanas em seu todo.

A verdade é que os movimentos políticos mais notáveis da história dos países Latino-Americanos revelam a influência de movimentos camponeses. Conquistas e recuos se intercalam em uma trama de tensões as quais, com as respectivas singularidades, se reproduzem em todos os países latino-americanos.

Permito-me remeter-me a uma carta escrita pelo subcomandante Marcos, ex-líder do exército Zapatista de Libertação Nacional, guerrilha indígena do sul do México. O texto intitulado "Flor Prometida" é uma resposta a um grupo de intelectuais, artistas e escritores espanhóis que assinaram a carta "Uma saída política para o conflito de Chiapas", dirigida ao diretor do El País e publicada pelo Jornal Espanhol a 21/02/95 e pela Folha de São Paulo em abril do mesmo ano. A carta é também dirigida a todos os grupos e indivíduos que manifestaram solidariedade à guerrilha. Tem, nesta minha fala, o caráter simbólico de explicitar a resistência.

"Aos homens e mulheres que, em línguas e caminhos diferentes, creem num futuro mais humano e lutam para consegui-lo hoje. Irmãos: há neste planeta chamado Terra e no continente que chamam de americano, um país cujo rosto parece ter recebido uma grande mordida, pelo lado oriental e que, pelo lado ocidental, firma um braço no Pacífico para que os furacões não o levem para longe de sua história. Sua história é uma longa batalha entre seu desejo de ser ele próprio e o desejo de estrangeiros de arrebatá-lo para outra bandeira. Esse país é o nosso.

Nós, nosso sangue, então na voz de nossos mais distantes avós, já caminhávamos quando seu nome ainda não era esse. Mas em pouco tempo, nesta luta de sempre entre ser e não ser, entre estar e ir, entre ontem e amanhã, chegou ao pensamento dos nossos, agora com sangue dos dois ramos, que se chamasse México a esse pedaço de terra, água, céu e sonho que tivemos porque nos fora dado de presente por nossos antepassados. Então, a história continuou, dando registros e dores. Nascemos entre sangue e pólvora, entre sangue e pólvora, crescemos.

De tempo em tempo, vinha o poderoso de outras terras a querer nos roubar o amanhã. Por isso se escreveu no canto guerreiro que nos une: "Mas se ousar um estrangeiro inimigo profanar com seu pé teu solo, pensa, ó pátria querida, que o céu um soldado em cada filho te deu". Por isso lutamos ontem. Lutamos hoje. Com bandeiras e línguas diferentes veio o estrangeiro a nos conquistar. Veio e se foi.

(...) Nós, os habitantes primeiros destas terras, os indígenas, fomos ficando esquecidos num canto; o resto começou a fazer-se grande e forte, mas só tínhamos nossa história para defender-nos e a ela nos agarramos para não morrer.

E chegou esta parte da história que parece piada, porque um único país, o país do dinheiro passou por cima de todas as bandeiras... As fronteiras se diluíram, não pela fraternidade, mas pelo sangramento que engorda poderosos sem nacionalidade. A mentira se fez moeda nacional e nosso país teceu, sobre o pesadelo dos maias, um sonho de bonança e prosperidade. Corrupção e falsidade foram os principais produtos que nossa pátria exportava a outras nações. Sendo pobres, vestimos de riqueza nossas carências e, de tanta e tão grande a mentira, acabamos por acreditar que era verdade.

Nos preparamos para os grandes fóruns internacionais e a pobreza foi declarada, por vontade governamental, uma invenção que se desvanecia diante do desenvolvimento que gritava as cifras econômicas. Nós? A nós nos esqueceram, e a história já não bastava para morrer assim simplesmente, esquecidos e humilhados. Porque morrer não dói, o que dói, é o esquecimento.

Descobrimos então que não existíamos mais, que os governos nos haviam esquecido, na euforia de cifras e taxas de crescimento. Um país que esquece a si mesmo é um país triste, um país que esquece seu passado não pode ter futuro. E lhe dissemos o que queríamos e eles não entendiam muito e nós lhe repetíamos que queríamos democracia, liberdade e justiça... E eles faziam cara de não entender e revisavam seus planos macroeconômicos e todas suas anotações de neoliberalismo. Não entendemos, nos diziam e nos ofereceram um canto mais

bonito no museu da história, e uma morte mais a longo prazo e uma corrente de ouro para amarrar a dignidade.

E nós, para que entendessem o que queríamos, começamos a trabalhar em nossas terras... Nos organizamos com a concordância da maioria e nos pusemos a ver como era isso de viver com democracia, com liberdade e com justiça.

E quando estávamos aprendendo a colher os frutos, chegaram os tanques, os helicópteros, os aviões e milhares de soldados e em suposta defesa da soberania nacional, atropelaram a dignidade rebelde dos indígenas de Chiapas. E nos expulsaram de nossas terras. E com os tanques de guerra, chegou sua lei de governo e se foi a lei dos Zapatistas. E por trás dos tanques de guerra, vieram outras vez a prostituição, a bebida, o roubo, as drogas, a corrupção, a doença e a pobreza. E as pessoas do governo disseram que havia sido restabelecida a legalidade em Chiapas. Que legalidade é essa que destrói o conhecimento, a saúde e alegria?

E eu já vou, porque lá vem outra vez o avião de todos os desvelos e tenho que apagar a vela, mas não a esperança. Essa, nem morto!"

Preferi ler essa carta que nos toca o coração e a alma, porque estamos começando um congresso cujo tema: Sociedades Rurais latino - americanas: diversidades, contrastes e alternativas, tem que levar em conta o passado para redefinir perspectivas do presente e do futuro.

Sem dúvidas, nossos trabalhos vão discutir teorias, debatendo diversidades e alternativas, mas não podemos nos esquecer de que nosso conhecimento tem um compromisso com um retorno social e político. Não podemos engavetar as discussões sobre Reforma Agrária, sobre direitos das comunidades indígenas, sobre a terra, sobre a gestão dos recursos naturais e a construção da sustentabilidade, sobre as alternativas de desenvolvimento rural. Não pretendi, sob nenhuma hipótese, fazer uma síntese totalizante da diversidade latino-americana. Quis apenas mostrar que os desafios da luta pela terra ainda convivem com uma forte concentração fundiária e que os camponeses neste contexto, definidos pelo seu potencial contestador continuam denunciando, sob formas singulares da luta, o excludente processo de desenvolvimento do capitalismo no campo latino-americano. Conflitos, acomodações e resistência se sucedem no cenário latino-americano, em um jogo, cujas regras são definidas e redefinidas pelos contendores, a partir de suas estratégias e acúmulo de forças.

Quero finalizar, afirmando especialmente a esperança de ter uma América Latina de veias verdadeiramente abertas aos direitos, a uma travessia na busca/ disputa por espaços de maior participação cidadã, inclusão socioeconômica e

sustentabilidade no meio rural, numa escala territorial que ultrapassa em muito o recorte formalmente expresso pela dicotomia rural-urbano. Tal configuração nos parece ingrediente fundamental para a superação de desequilíbrios sociais flagrantes, garantindo ao lado dos setores mais integrados aos mercados agroalimentares globais, a manutenção virtuosa de agriculturas alternativas, de base familiar e comunitária, nas suas distintas modalidades de expressão.

Finalmente, afirmo que o processo avassalador de acumulação que atravessou literalmente as sociedades latino-americanas não anulou possibilidades que privilegiam a cidadania, a diversidade cultural e uma nova relação com o meio ambiente. E dentre estas alternativas, colocam-se planos e políticas para preservação ambiental, constituição de modelos de desenvolvimento rural sustentável, processo de ressignificação da Reforma Agrária.

Se Pablo Neruda, chileno de nascença e devoção, soube, como nenhum outro poeta, cantar sua terra, a América Latina, sua nobreza, sua gente, seus conflitos, cabe a nós, sociólogos rurais, buscar nos espaços de debate e nos momentos de convivência, socializar experiências, discutir formas de nos unir, enquanto pensadores que acreditamos na união indissociável de cidadania e da democracia, na luta pela nossa emancipação, na construção de caminhos para o desenvolvimento sustentável.

Esperança, compromisso, queridos congressistas!

